

A HORIZONTALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA: Reflexões a partir da experiência de um grupo de consumo responsável (GCRS).

Andrey Henrique Figueiredo Dos Santos¹

Resumo

Este trabalho está em processo, e nesta abordagem pretendemos realizar uma compreensão de relações que se estabelecem na atuação do grupo para consumo agroecológico (GRUCA), com o objetivo de identificar e inseri-lo este grupo como parte da questão agrária em Belém-pa. Metodologicamente foi realizada revisão bibliográfica e também foi desenvolvido pesquisas de campo nos locais de produção: assentamento mártires de abril (mosqueiro-Pa), sítio velho roque (Marituba-Pa), acampamento Jesus de Nazaré (santa Izabel-Pa) e feira de produtos orgânicos (Pará orgânico) com entrevistas realizadas com consumidores, produtores e membros do GRUCA. Como resultados preliminares, consideramos a participação do grupo na questão agrária e como tensionador, no quesito de transformar a lógica alimentícia, na luta camponesa a partir da agroecologia contra agricultura convencional.

Palavras-chave: Grupo para consumo responsável, Questão agrária, Agroecologia.

Introdução

*Eu sonho com o dia, no qual a Terra
não terá propriedades,
pois tudo será coletivo, tudo
que antes era privado.*

*Eu sonho com o dia, no qual a terra
produza, mas produza muito
para seus filho e filhas.*

*E por esse sonho, eu luto.
Luto contra todos e todas que lutam
pelos contra-sonhos.*

Fragmento do poema SONHOS E CONTRA-SONHOS,

André Rocha

¹ Graduando em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Pará, e membro do Grupo de pesquisa: Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTECA-UEPA).

E-mail: andreyyhenrique@hotmail.com

VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária

GT 18 – Agroecologia, economia(s) solidárias e mercados camponeses

ISSN: 1980-4555

O Grupo para Consumo Agroecológico (GRUCA), é fruto do resultado da Especialização de Noel Bastos Gonzaga, em *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia* do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR, da Universidade Federal do Pará. Antes disso, o mesmo fazia parte de um grupo de consumo no Rio de Janeiro chamada de *rede agroecológica*. Daí que veio a ideia, junto com seu trabalho de especialização de pensar na criação de um grupo para consumo.

O GRUCA é um grupo de consumo responsável que funciona através da autogestão, economia solidária e com relações horizontais – sem hierarquias – o grupo faz a compra coletiva diretamente de pequenos produtores com produção agroecológica (ou em transição). Outra atividade a se salientar do grupo, é que o mesmo promove visitas nos espaços onde pega a produção. Assim, promovendo um contato direto entre pequeno produtor e consumidor, logo, estabelecendo uma relação de confiabilidade entre os envolvidos no processo. Além do mais, os consumidores têm a oportunidade de vivenciar o que se consome, e até mesmo fazer práticas agroecológicas com os camponeses. Sem dúvida um momento enriquecedor, experiências valiosíssimas adquiridas e trocadas para formação do ser humano. O grupo partiu para ação direta e entrou em efetividade no dia 1 de Novembro de 2014. Foi um desafio por esse projeto em prática (e continua sendo mantê-lo).

Depois de algumas reuniões, tirada algumas comissões e visitando os produtores para ver se queriam fazer parte do projeto, então o GRUCA fez sua primeira entrega de *Paneiros Cabanos* na praça Batista Campos – entregando 6 paneiros – com produtos da Feira Orgânica de Belém e do assentamento Mártires de Abril (Mosqueiro-PA). E ficou estabelecido que o grupo faria as entregas de paneiros de 15 em 15 dias. – o apelido de paneiros cabanos, deu-se em homenagem à Revolução da Cabanagem, ocorrida no Pará (1835- 1840) – .

Como ocorre o processo de pedido e retirada do paneiro? O consumidor através de uma lista previa divulgada – de acordo com a demanda dos camponeses – faz seu pedido através de redes sociais e encomenda o seu *Paneiro Cabano*. Atualmente os lugares de entrega se alternam entre IACITATA (ponto de cultura alimentar), e na universidade Federal do Pará (UFPa) no prédio de pós graduação do instituto de Geociências, que também funciona o Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR.

Tendo as entregas de Paneiros como algo concreto, o grupo através de reuniões entrou em consenso que partiria para uma outra atividade, a das entregas de paneiros em domicílios entrando esta em efetividade datando 2 de Julho de 2016.

Este artigo inicialmente discute alguns elementos importantes denunciando o uso do agrotóxico na agricultura brasileira, e como este male se engendrou na sociedade atual. Posteriormente, concentramo-nos no GRUCA, fazendo um discurso acerca da questão agrária, relacionando o GRUCA, e entendendo esta como resultado do desenvolvimento do capitalismo no campo (MARCOS, 2013). Por fim, buscamos identificar todos os espaços de produção onde o grupo coleta produtos para realizar suas atividades, e seus espaços de realização no urbano, tentando especializar esse fenômeno numa relação campo-cidade. Resgataremos os aspectos anarquistas que o grupo possui em sua estrutura, e problematizaremos o espaço geográfico com a visão alternativa que Massey (2008) nos traz, enxergando este como uma construção sempre em aberto, com um grande potencial político.

Agrotóxicos: a luta contra esse mal-estar social.

O modelo hegemônico de produção agrícola Brasileiro trouxe transformações nas relações no campo e na cidade, o antigo latifúndio que excluía pela não produção, agora, excluiu por esta (FABRINI, 2008, p.36). As chamadas empresas rurais que no discurso que exploram racionalmente e responsável por vários benefícios sociais. O antigo entrave do latifúndio improdutivo teria se acabado com a nova forma de utilitaristazão do solo para a produção, o agronegócio. Os segmentos sociais dominantes entendem que no Brasil há um problema agrário que demande estruturais, mas apenas mudanças no modelo, para estabelecer o desenvolvimento da nação (FABRINI, 2008, p.37). Compreendendo o processo contraditório do capital (OLIVEIRA, 2007, p.11), este que em sua imagem de sua produção que dos “benefícios” econômicos para o país e o “lucro” da decadência dá saúde social por inúmeros casos de morte no Brasil por uso de químicos nocivos na agricultura, só em 2009 o país alcançou o primeiro lugar no ranking mundial de uso de agrotóxicos (BOMBARDI, 2011, p. 1), e as formas de avaliação por meios instituições estais como o SINTOX e SINAN (BOMBARDI, 2001, p.7), possui problemáticas de análises do para a percepção da real estado de saúde que o país se encontrar pelos efeitos nocivos do agrotóxico².

As circunstâncias em que ocorreram as intoxicações por agrotóxicos – que além do *acidente individual* e *Ocupacional* – a *tentativa de suicídio* tem lugar muito significativo, sendo, por exemplo, na região Nordeste, o principal fator de

³ Ver artigo da Dra. Prof.^a Larissa Mies Bombardi: intoxicação e morte por agrotóxico no Brasil: a nova versão do capital oligopolizado.

⁴Referência ao conceito do geoprocessamento que quer dizer uma área de influência de determinado fato no espaço.

intoxicação notificado, e, em alguns estados como Pernambuco e Ceará, superando 75% dos casos notificados. Mesmo nos estados da região Sudeste e Sul, os chamados “celeiros agrícolas país” a faixa representada pela tentativa de suicídio ocupa pelo menos 25% dos casos notificados de intoxicação por agrotóxicos, sendo superior a 70% no Espírito Santo e em Minas Gerais. (BOMBARDI, 2011, p. 10).

O Agronegócio realiza um *buffer*³ de efeitos nocivos a sociedade e este quadro social apresentado pela professora Larissa Bombardi nos ajudar a ter uma pequena diante as demais que este processo de acumulação capitalista realiza no território brasileiro. O uso do solo brasileiro por essas empresas rurais enfraquece uma estrutura de segurança alimentar, por ser um modelo que prioriza a exportação, e de saúde pública, pois muitos produtos químicos utilizados para o desenvolvimento de determinadas culturas está afetando o bem viver social.

Organizações populares, movimentos sociais, ONG’s e etc. Possuem ações que formam resistências contra essa imposição mercadológica de consumo ditadas pelas grandes empresas rurais de capital público-privada e privada. Uma dessas formas de tensionar essa tessitura econômica e social do capitalismo no campo é a Agroecologia, existe várias formas de concebê-la, “o uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 70, mas a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura” (HECH, 1989, p. 25). A nova percepção da ciência sobre os saberes das populações originárias sobre suas formas de se relacionar com o ambiente é uma e serve de referência para a desconstrução dessa estrutura social colonial (QUIJANO, 2005) que nos envolve de forma (in)visível da produção de um padrão único estrutural de sociedade em seus diversos setores. Já existem diversas ações no território brasileiro, tanto para produção de orgânicos, agroecológicos e uns que estão em transição para a agroecologia.

O GRUCA e a questão agrária.

Entendemos que o GRUCA é um componente ativo da questão agrária, pois é um grupo que desenvolve um trabalho com produtores da *feira orgânica* em Belém – e em áreas de reforma agrária – assentamento Mártires de Abril, localizado em Mosqueiro (Pa), e áreas que ainda estejam nesse processo, como é o exemplo do acampamento Jesus de Nazaré – Santa Izabel (Pa) e o Sítio Velho Roque–Marituba (Pa). Tudo isso em prol da valorização da

luta e da agricultura camponesa. Já que infelizmente, “si alguns possuem muito é porque a maioria nada possui” (RECLUS, 1986, p.330) referindo-se a propriedade privada da terra. Já que o controle da mesma provoca a sede pelo poder e o “fato de que ela absorva a terra a sua volta é um desastre somente superado pela devastação e pelo incêndio”. O autor ainda prevê que a grande propriedade irá causar impactos sociais e ambientais (RECLUS, 1986, p. 332; RECLUS, 1985, p. 89). É o que o espaço agrário brasileiro tem passado: expropriação do campesinato, conflitos fundiários, alastramento da fronteira agrícola em todo o território – e com ela os agentes da morte da natureza –, não muito diferente da nossa realidade: “Nesse contexto, as terras da Amazônia são disputadas para a expansão do agronegócio e resistências dos povos indígenas e dos camponeses. ” (FERNANDES, 2014, p. 44). A Amazônia se tornou uma região de conflitos constantes, logo, um espaço de luta de classes constantes. Povos que historicamente foram marginalizados, ignorados e, por vezes, vilipendiados. Mas o discurso do “progresso” – não muito diferente dos nossos colonizadores e das potências imperialistas – falam mais alto:

O agronegócio tem feito muita propaganda para convencer a sociedade de que seu modelo de produção é o mais moderno e eficiente. Por utilizar tecnologias avançadas e com representação considerável no PIB nacional – por isso –, poderia se apropriar das terras destinadas aos povos indígenas e camponeses. (FERNANDES, 2014, p. 44).

Um modelo que artificializa a natureza, que não valoriza a vida, que age de forma dominadora e bárbaro, acabando com territórios de povos que resistem há séculos para se expandir. O agronegócio é mascarado pela mídia, protegido de todas as formas pelo Estado. É mostrado apenas o seu lado produtivista e “moderno”, escondendo uma conflitualidade (FERNANDEZ, 2010), uma questão agrária – mais presente do que nunca –, mas o estado insiste financiá-lo, *sustentando o insustentável*.

E como o GRUCA se insere na questão agrária? Marcos (2013), nos alertaria que “É necessário entender a questão agrária no seio – e como consequência – do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, em suas diferentes expressões (...). O que permeia o pensamento da autora é que a questão agrária é uma questão multifacetada, ou seja, vai muito além do conflito, ou da luta pela terra. A autora vai além, afirmando que:

(...) a questão agrária não é algo do passado. Ao contrário, ela existe e faz parte do presente e se manifesta nas mais diferentes formas, como as que elencamos acima: nas ocupações, acampamentos e luta pela terra; no latifúndio, no agronegócio, na produção de commodities; na luta contra o uso excessivo do agrotóxico, na difusão de experiências baseadas na agroecologia, na priorização do mercado externo como

canal de comercialização, na construção de mercados alternativos de base solidária, entre tantas outras formas. (MARCOS, 2016, p.10-11).

O GRUCA se une nesse processo, como componente de luta da Questão Agrária na Amazônia, pois vai muito além da comercialização de produtos agroecológicos/orgânicos. O grupo de consumo valoriza a agricultura camponesa – consigo a soberania e a segurança alimentar – disseminando a luta agroecológica, a luta contra o latifúndio e o agronegócio e a luta a favor da reforma agrária. “Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, p. 12-13). A questão agrária atinge a toda a sociedade civil, direta ou indiretamente, certamente que ela está presente desde a formação territorial do Brasil, em cada grito, suspiro de povos que moravam há milênios de anos aqui. O que queremos resgatar, e de forma bem objetiva, é que a questão agrária se faz presente no nosso dia a dia, e não adianta fecharmos os olhos para tal situação.

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. (FERNANDEZ, 2010). É neste conjunto de determinações – e há seguramente outras – porém, nos atentamos a estas, que colocamos o GRUCA. Tencionando, sabotando essa hegemonia do agronegócio. Não sejamos românticos também, aqui estamos tratando de um enfrentamento qualitativo. Entendemos que o *trabalho de base* e a sensibilização das pessoas para o tema do consumo responsável é fundamental para promover a reflexão crítica sobre as consequências sociais e ambientais dos atuais padrões de produção e consumo.

O GRUCA na relação campo-cidade, no âmbito da agroecologia.

Entender o campo e a cidade no Brasil atualmente não é uma tarefa fácil, nos exige uma lucidez minuciosa e um compromisso extremo. Sem dúvida a Geografia – e não somente ela – será fundamental para nos ‘guiar’ nessa sessão. Teremos o cuidado de não separar esses dois objetos de estudo da dialética – que não necessariamente pode ser a marxista-hegeliana – por exemplo: a dialética de Bakunin (2014).

Há uma série de trabalhos que discutem as condições e possibilidades de desenvolvimento da agroecologia no âmbito da relação campo-cidade. Entretanto, (FERNANDES, (2014), diz que devemos entender o desenvolvimento desses espaços como resultado do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Ou seja, o que retrata no

campo atualmente é uma subordinação que o capitalismo agrário, juntamente com desenvolvimento da economia do país acabou por fazer, refém à cidade. (FERNADES, 2014).

Aqui, tentaremos especificar o espaço de produção, circulação e consumo do GRUCA. Nesse sentido, trabalharemos com um grau de subjetividade e intersubjetividade grande para interpretação da *imaginação espacial* (MASSEY, 2008) sobre a relação campo-cidade no âmbito da agroecologia.

Assentamento Mártires de Abril

O Mártires de Abril localiza-se na ilha de Mosqueiro-PA. Tal assentamento, que conta com a organização interna do MST, e é parceiro do GRUCA desde a primeira entrega de painéis cabanos. A produção que o grupo coleta vem do LAPO (Lote agroecológico de produção orgânica), localizado dentro do assentamento.

Atualmente é dona Téo Nunes que está na frente do LAPO, depois da morte de seu esposo, Mamede Gomes (assassinado dentro do seu lote em 2012), dona Téo conta com o apoio de seus companheiros do Mártires de Abril e de outras áreas para seguir na luta agroecológica. Portanto, a questão do diálogo se dá de forma muito presente, pois é comum a visita e vivência de professores e estudantes no LAPO. Essas vivências também são responsáveis pela interação do LAPO com outras famílias do assentamento. Nesse sentido, Schmitt (2013) vem ressaltar essas práxis coletivas:

Mesmo em regiões fortemente marcadas pelo processo de modernização capitalista da agricultura, práticas de ajuda mútua e de intercâmbios de produtos, sementes e conhecimentos entre produtores familiares nunca desapareceram completamente, apesar das transformações ocorridas nos modos de vida das populações rurais. (SCHMITT, 2013 p. 178)

A autora toca em um ponto que consideramos de suma importância a *ajuda mútua*, que tão bem é trabalhada e fundamentada pelo Geógrafo e anarquista Pior Kropotkin no século XIX. Kropotkin (2009), acreditava que a cooperação é o verdadeiro fator de desenvolvimento e evolução da humanidade, ou seja, se o desejo é transformar a sociedade isso só se dará de forma solidária. Principalmente esse caráter solidário ao outro é de práxis dos camponeses (KROPOTKIN, 2009, p. 207)



Figura 1: Marcos, consumidor do GRUCA, participando da *Vivência agroecológica* promovida pelo grupo, dentro do LAPO. **Fonte:** OLIVEIRA, 2016.

Vale ressaltar que o LAPO não depende exclusivamente do GRUCA para escoar sua produção. Podemos perceber isso na fala de dona Téó, (...) tenho minha clientela que vem buscar aqui mesmo no lote (...). Aqui chamamos a atenção pela autonomia que se conquistou através da agroecologia, quebrando subordinações do ciclo do capital.

O protagonista, o sujeito do processo, quando consegue se assenhorar dos verdadeiros princípios agroecológicos passa a decidir com mais conhecimento, até chegar a uma produção limpa e, então, passa a ter o domínio sobre o que lhe pertence. (MACHADO & MACHADO FILHO, 2014, p. 23).

Referindo-se aos que produzem de forma agroecológica, diferente dos produtores da agricultura convencional, que dependem do pacote químico, seguindo uma receita, logo, perdendo sua autonomia no processo.

Perguntada qual era o seu maior sonho, dona Téó, (extremamente emocionada) responde: “é manter o LAPO vivo! Continuar o que o Mamede deixou. ”. Aqui percebemos uma construção da estruturação de suas relações de pertencimento a partir de uma rede de confiança e troca mútua, de um sentido de pertencimento que remete ao que Heidegger (2002) chama de "*estrutura do cuidado*", pois além de propriedade, a terra é seu lugar.

Acampamento Jesus de Nazaré

O acampamento Jesus de Nazaré, localizado em Santa Isabel-PA, possui atualmente 63 famílias acampadas, cada uma delas com média de 3ha (três hectares) por lote. Com relação aos lotes. Todos os lotes foram sorteados para que ninguém tivesse algum privilégio geográfico ex: Beira da estrada, próximo ao igarapé etc. O acampamento teve a luta pela terra

feita no início de forma “autônoma”, organizada sem nenhum coletivo ou movimento social. Após três meses depois da ocupação, passou-se a organização interna do MST. O acampamento ainda não possui energia elétrica, dificultando ainda mais a vida dos acampados.

O Grupo para consumo agroecológico admite todos (as) que atuam tanto na produção, como no consumo, como membros. E a relação entre eles demonstram um campesinidade, principalmente baseada na ordem moral que Woortman (1990) nos ajuda a compreender, principalmente as relações de confiança. No acampamento Jesus de Nazaré, quando Noel conversava com a dona Isabel e trocava informações sobre o cultivo do jerimum, a horizontalidade da relação foi perceptível, o esposo de Dona Isabel depois perguntou sobre o estabelecimento dos preços e Noel confirmou um valor fixo, para que ninguém fique refém da lógica do mercado, pois não seria justo ao dispêndio do camponês, o esposo de dona Isabel achou justo receber por força empregada no trabalho para a produção. Chaynov (1981) já traduziria esta lógica do campesinato do equilíbrio dispêndio e a satisfação no trabalho, o esposo de dona Isabel quer uma autonomia de sua produção e dá o preço para seu produto a partir do trabalho realizado, a vender a própria produção e realizar o valor monetário do trabalho é expressão da autonomia camponesa (WOORTMAN, 1990). O GRUCA respeita e fortalece essa ordem moral (WOORTMAN, 1990) que o campesinato possui e sua lógica não-capitalista (CHAYANOV, 1981).



Figura 2: Colheita de chicória feita por Dona Simone e seu filho no acampamento Jesus de Nazaré.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017



Figura 3: Jerimum do acampamento Jesus de Nazaré.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

A coleta do GRUCA no acampamento é algo mais recente. O GRUCA pega a produção de alguns lotes, vale ressaltar que diante de toda a problemática que o acampamento se encontra, alguns lotes já estão em fase de transição agroecológica, outros produtores ainda não avançaram nesse quesito e produzem com agrotóxico. O acampamento é extremamente produtivo, desde a produção de arroz, café, hortaliças, frutas etc. A rotatividade de cultura se faz presente, porém, os pequenos produtores ainda sofrem com a escoação de suas produções, e muitos ficando refém da figura do *atravessador*, vendendo para esses seus produtos extremamente barato. O GRUCA é uma das alternativas para esses produtores venderem suas produções. Segundo Noel Gonzaga, membro do GRUCA, “os preços são justos, são cobrados pelos produtores.” O GRUCA não impõe um preço fixo, é o agricultor que dá seu preço. No Jesus de Nazaré, todos seguem confiantes e esperançosos de um dia se tornarem assentados.

Nesse sentido, a agroecologia é fundamental para consolidar a soberania alimentar a partir da relação campo-cidade, não apenas enquanto circulação de mercadorias, mas também como fortalecedora de relações sociedade-natureza calcada em racionalidades que não visam apenas à natureza enquanto extração de recursos para o consumo. (ALTIERI, 2004).

Para o melhor entendimento do espaço geográfico, utilizaremos Doreen Massey, com sua visão alternativa de imaginar o espaço. Para Massey (2008), o espaço tem um potencial político, e não pode ser visto como estático, como produto pronto e acabado, e ao passar pelos antigos significados e associações a ele inerente, ela propõe a interpretação do espaço como

uma produção aberta e múltipla. Nesse sentido, “o espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros” (MASSEY, 2008, p.32). É o espaço que permite a construção sócio-política, e é onde ocorrem as interligações, de modo que nada pode ser inflexível.

Sítio Velho Roque

O Velho Roque está localizado em (Marituba-Pa) – perímetro urbano – o lote tem como proprietário Noel Gonzaga – membro, consumidor e ainda entra como produtor no GRUCA–, o Velho Roque possui 1ha (um hectare) de terra. Atualmente o lote se encontra em transição agroecológica. Mesmo com o pequeno espaço, Noel diversifica o máximo sua produção: maracujá, banana, abobora, macaxeira etc. Noel relata sobre sua produção, (...) nunca usei veneno na minha produção, até o adubo é orgânico, temos que considerar o solo também como um organismo vivo”. Guterres (2006) nos adverte:

Onde a “revolução verde” não entrou, não é preciso passar por ela para depois sair, fazer a passagem, a transição. É preciso valorizar as práticas existentes e, através do diálogo, do debate, das trocas de experiências, ampliá-las com os conhecimentos desenvolvidos pela agroecologia nos últimos anos. (GUTERRES, 2006, p17).

O agricultor é preciso ter em mente que a agroecologia é um processo que essa transição dependendo do local pode durar anos, sempre buscando o equilíbrio do agroecossistema, não adianta acelerar o processo. A agroecologia tem um tipo específico de processo de produção de mercadorias que resiste às temporalidades dos ciclos efêmeros do capital. Com esta poderosa síntese, podemos por exemplo conceituar o tipo de mercadoria agroecológica como enraizada em um processo produtivo de resistência aos tempos necessários redutíveis do Capital. Soma-se a isto um modelo pautado em outro tempo, que não é o tempo digital-monetário.

Feira de produtos Orgânicos – Pará Orgânico.

As praças Batista campos e Brasil que tem suas finalidades como de lazer, esporte, turismo e afins, foram agregadas á prática do comércio, porém, no âmbito da agroecologia. A feira é composta por diversos camponeses de vários municípios do Pará. Sujeitos esses que se viram na oportunidade/necessidade de criarem uma associação deles

próprio, o *Pará orgânico*. A feira já faz parte do cotidiano dos Belenenses há oito anos, porém, ainda existe muita desinformação sobre sua organização e procedência.

De acordo com Bagli (2006), rural e urbano extrapolam os limites espaciais tradicionais. As contradições colocam a realidade plural do desenvolvimento da sociedade, uma vez que, o campo é espaço predominantemente rural, mas não exclusivamente. De forma semelhante, a cidade é espaço urbano, o que não significa que seja exclusivamente urbano. Nem tudo o que existe no campo é rural, nem tudo o que há na cidade é urbano. Tanto os que se aproximam do urbano, quanto os que se aproximam do rural, tendem a adquirir características específicas de cada espaço.

Com relação aos produtos que compõem o *paneiro*, o grupo pega por um preço mais baixo que os feirantes comercializam na feira, em compensação, na hora que o produto compõe o *paneiro cabano*, ele custará o mesmo valor que os camponeses vendem na feira, Noel Gonzaga explica o motivo dessa prática, “ nós não queremos fazer concorrência com a feira, senão vamos acabar inflacionando o produto, a mesma coisa acontece com os produtos que vêm do Jesus de Nazaré, os produtores lá fazem um preço acessível, mas na hora de colocar no *paneiro*, a gente se baseia nos preços da Feira Orgânica ”. Com relação aos produtos da *Feira Orgânica*, todos os produtores associados ao "Pará Orgânico" são fiscalizados por diversos órgãos, dentre eles o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Os Feirantes possuem uma declaração de cadastro de produtor vinculado à OCS (Organização de Controle Social), que lhe dá o direito de comercializar seus produtos diretamente com o consumidor.

NCADR

O prédio de pós graduação do instituto de Geociências, que também funciona o Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR, localiza-se na UFPa (Belém). O espaço funciona como ponto de entrega dos *paneiros*. Essa relação veio a se estabelecer pelo fato do Noel Gonzaga ter feito sua especialização no local. Então, foi criada uma relação harmoniosa entre o Núcleo e o GRUCA. Os professores que deram aula durante a especialização, são os mesmos que viram o GRUCA surgir, e até hoje são consumidores do grupo. Existe também no local o PPGAA (Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas), isso quer dizer que existe todo um ambiente favorável para o grupo funcionar no local, e para disseminação da luta agroecológica.

Massey (2008) defende que a relações espaço-tempo geram cada vez mais conexões envolvidas em nossa sociedade. Consideração que nos remete a pensarmos nos termos espaço e lugar de modo relacional, ou seja, quando as relações, os tipos de ligação ou associação entre entidades, precede um caráter identitário:

Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes. À medida que o debate se desenvolve, o que começa a ser focalizado é o que isso deve trazer à tona: uma política relacional para um espaço relacional (MASSEY, 2008, p. 97-98).

A autora interpreta que espaço e tempo, apesar de distintos, são indissociáveis, Massey se apropria de algumas ideias das filosofias de Bergson, o estruturalismo e o desconstrucionismo Derridiano, sobre o tempo (liberdade, desarticulação, surpresa), como características que também devem ser atribuídas ao espaço, reformulando o entendimento de ambos, por sua constituição conjunta.



Figura 4: Paulo Sousa, membro do GRUCA e ativista libertário. Entrega de pão no NCADR- UFPa, na oportunidade, Paulo estava ajudando pesando a farinha, que iria compor o pão de um consumidor.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016

Essas experiências são formadas por pessoas que se organizam coletivamente para incorporar ao ato da compra critérios éticos, políticos, sociais e ambientais, constituindo-se numa alternativa de resistência às práticas convencionais de produção, comercialização e consumo, com motivações que transcendem a esfera individual.

IACITATA

O IACITATA é um ponto de cultura alimentar, localizado atualmente no bairro da Cidade Velha (Belém), em que assim como o GRUCA, valoriza a segurança e a soberania

alimentar. É um espaço de resistência à cultura Amazônica, privilegiando a culinária regional, que valoriza o pequeno produtor, e tem a responsabilidade de conhecer a procedência de cada produto que coloca à disposição para seus clientes. Segue a descrição do espaço que está na rede social do mesmo:

O que nos chamou atenção no IACITATA é a forma de como Taina Marajoara – proprietária do estabelecimento – relaciona-se com seus clientes, frisando para todos que visitam o IACITATA, a importância de se resgatar a cultura local, explicando para cada um a procedência de cada produto que é colocado para os consumidores. Isso, com certeza, traz uma relação de confiabilidade entre os envolvidos.



Figura 4: Paneiros Cabanos sendo formados em dia de entrega no IACITATA.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Em específico, o consumo responsável pode ser entendido como:

(...) um conjunto de hábitos e práticas que fomentam um modelo de desenvolvimento comprometido com a redução da desigualdade social. O consumo responsável visa melhorar as relações de produção, distribuição e aquisição de produtos e serviços, de acordo com os princípios da economia solidária, soberania alimentar, agroecologia e o comércio justo e solidário. É a valorização e a vivência de atitudes éticas para a construção conjunta de um novo panorama social e ambiental. (INSTITUTO KAIRÓS, 2013, p.103)

A parceria com o GRUCA veio através do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), realizado em 2015, em Belém do Pará. Na oportunidade estavam presentes Noel Gonzaga e Taina Marajoara – proprietária do IACITATA – e se estabeleceu uma relação frutífera entre ambos. Vale frisar que a proprietária do ambiente não cobra nada em termos monetários para que o grupo faça suas entregas no estabelecimento.

Considerações finais.

A característica da ação direta é que ela busca chegar aos objetivos por meio da própria força do coletivo ou do indivíduo, ao invés de tentar isso por meio da ação de terceiros (SPARROW, 2009), ou seja, é fazer as atividades e evitar a cultura da mediação autoelegida, isso fortalece a perspectiva de construção da agroecologia. O grupo promove as vivências que aproximam os consumidores dos locais de produção como forma de conscientização das relações de produção e consumo que necessita ser consciente contra essa hegemonia da agricultura convencional que traz malefícios para a população. Aqui chamamos a atenção para as vivências agroecológicas que o GRUCA proporciona aos seus consumidores conhecerem a procedência dos produtos. Tendo em vista que o GRUCA não cobra certificação de nenhum produtor e nem fiscaliza os mesmos, é uma relação de confiabilidade que foi construída. Os únicos produtos que possuem certificação que o grupo coleta, são os da *feira orgânica-Pará Orgânico*, pois esses são fiscalizados por outros órgãos. O objetivo é valorizar a luta e a agricultura camponesa em todas as instâncias, e não ser mais um obstáculo para esses sujeitos venderem seus produtos. Vale ressaltar que um projeto futuro do GRUCA é fazer intervenções nas periferias de Belém, em formato de feira livre, levando a luta agroecológica e alimento de qualidade para diversas camadas sociais, tentando baratear o máximo esses produtos, aproximando ainda mais forma esses na construção da agroecologia. Para isso, o grupo precisa de mais pessoas ativas para colocar a diante seus projetos, pois os membros atuais estão sobrecarregados com as tarefas do grupo. Entendemos que as ações precisam ainda ser investigadas e impulsionadas, pois a atuação do GRUCA na região metropolitana de Belém é importante para se quebrar uma estrutura social que privilegia setores sociais em contramão de outros que ficam aquém dos bens fornecidos e transformados pela sociedade e pela natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERE, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BAGLI, P. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

BOMBARDI, L. M. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. Boletim DATALUTA, artigo do mês de setembro de 2011. ISSN 2177-4463. 2011.

CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981, p. 133-163.

FABRINI, J. E. **Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação do capital**. Dossiê, revista pegada – vol. 9 n. 1, Junho, 2008.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial rural**. São Paulo slp, 2010, p. 57.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**. – 1. Ed, – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014. (Vozes do campo).

HECHT, B. S. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M, A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro, editado pela FASE, 1989.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

INSTITUTO KAIRÓS; CAPINA (Orgs.) **Práticas de comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar**. São Paulo: Instituto Kairós, 2013. Disponível em: <www.institutokairos.net>, acessado em: acessado dia 20-01-2016.

KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua: um fator de evolução**. São Sebastião - São Paulo, Senhora editora, 2009.

MACHADO, L. C. P.; FILHO, L. C. P. M. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires, Argentina, CLACSO: Conjeso Latinoamericano de Ciências Sociais, disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>, 2005. Acessado dia 17-03-2016.

MARCOS, V. De. “Novas (ou) velhas alternativas para o campo na Amazônia e a questão agrária na atualidade”. MACEDO, Cátia; BRINGEL, Fabiano; SOUSA, Rafael; SANTANA, Rosiete. (Orgs.). **Os “ nós” da questão agrária na Amazônia**. Belem-PA, editora Açai, 2016. p. 9-26

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MASSEY, Doreen B.: **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 312.

MIKHAIL, Bakunin. **Deus e o Estado**. 1ª. Ed. – São Paulo, Editora Hedra LTDA, 2014.

OLIVEIRA, U. A. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

RECLUS, Élisée. “A propriedade e a exploração da terra”. In: ANDRADE, Manuel Correia de (Org); FERNANDES, Florestan (Coord). Élisée Reclus. São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 75-98. Título original: **La Culture et la Propriété, L’homme et la Terre**, tomo VI, cap. VIII

_____. “El cultivo y la propiedad”. El Hombre y la Tierra. Introdução e seleção de textos Béatrice Giblin. México: Fundo de Cultura Econômica, 1986. p. 322- 338. Título original: **La Culture et la Propriété, L’homme et la Terre**, tomo VI, cap. VIII.

SCHMITT, C. J. “Transição agroecológica e o desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira”. In: SAUER, S.; BALESTO, M. V. (Orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2ª. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 173-198.

SPARROW, R. **Políticas anarquistas e ação direta**. Editora Faisca, publicações Libertárias, 2009, disponível em: <[https://duasbarras we.riseup.net/assets/141915/rob%20sparrow%20politica20anarquista.pdf](https://duasbarras.we.riseup.net/assets/141915/rob%20sparrow%20politica20anarquista.pdf)> acessado dia 10-07-2016.

WOORTMANN, K. **Com parentes não se negocia: o campesinato como ordem moral**. Anuário antropológico/87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.